



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.	PUBLICADO NO D.O.U. Do 01/07/1996
C	
C	Rubrica

Processo nº : 13931.000051/92-18  
Sessão de : 21 de fevereiro de 1995  
Acórdão nº : 202-07.507  
Recurso nº : 97.311  
Recorrente : MARIA DO BELÉM RAUEN  
Recorrida : DRF em Curitiba - PR

**ITR - ILEGITIMIDADE PASSIVA.** É parte ilegítima no feito aquele que não mais mantém relação jurídico-tributária com o imóvel, junto à Fazenda Nacional, não podendo ser lançado em exercício fiscal após a alienação, devidamente reconhecida pelo INCRA. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MARIA DO BELÉM RAUEN.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995

Helvio Escovedo Barcellos  
**Presidente**

José Cabral Garofano  
**Relator**

Adriana Queiroz de Carvalho  
**Procuradora - Representante da Fazenda Nacional**

VISTA EM SESSÃO DE

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 13931.000051/92-18  
Acórdão nº : 202-07.507  
Recurso nº : 97.311  
Recorrente : MARIA DO BELÉM RAUEN

### R E L A T Ó R I O

Ao impugnar o lançamento do ITR/91, relativo ao imóvel cadastrado no INCRA sob o Código 722 049 058 785 9, a ora recorrente alegou ter sido alienada a propriedade em 1981 ao Sr. Nezildo Marini, conforme faz certo a documentação juntada às fls. 03/11.

Após informações várias de cadastro, tanto do INCRA como da SRF/DRF/Curitiba- PR, o julgador singular indeferiu a impugnação (fls. 19/20) sob o fundamento:

De acordo com a Norma de Execução SRF/COTEC/COSAR/COSIT/Nº 01, de 22.01.93, os lançamentos podem ser revistos de ofício, a qualquer tempo, quando haja erros sobre matéria de fato , e desde que devidamente comprovadas com os documentos ali prescritos. Ocorre que as cópias das certidões anexadas, assim como a matrícula nº 7615 ( fls. 05), referem-se a um imóvel de 6,5/ha, cadastrado no INCRA com o código 722.049.063.770-8, inicialmente em nome da interessada e posteriormente vendido ao Sr. Nezildo Marini, como comprova o registro feito em 20/10/82. Não há, em quaisquer dos documentos apresentados, referência à venda da propriedade de 27,6/ha, cadastrado no INCRA com o nº 722.049.058.785- 9 (fls. 08) e que se trata do mesmo cujo lançamento ora se impugna. Também não consta qualquer comprovação de que constituam o mesmo imóvel, e apresentam, inclusive, áreas bem divergentes.”

Em suas razões de recurso a este Conselho de Contribuintes (fls. 23), sustenta ter vendido o imóvel e que o desencontro dos códigos de cadastro foi motivado por erro de interpretação do Formal de Partilha, o qual junta às fls. 24/25.

Às fls. 33/34, há o OFÍCIO/INCRA/SR-09/PR/Nº 30/94, dirigido à apelante, informando estar sendo cancelado o código do imóvel sob discussão, com área de 27,6 ha, tendo em vista que o mesmo foi subdividido em outras cinco propriedades, já registradas sob outros códigos autônomos.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 13931.000051/92-18  
Acórdão nº : 202-07.507

VOTO DO CONSELHEIRO -RELATOR JOSÉ CABRAL GAROFANO

Sinto não haver muito a se apreciar neste apelo, porquanto o próprio INCRA reconheceu haver ocorrido erro no código do imóvel objeto do lançamento ora discutido, tendo em vista o desmembramento e novos registros cadastrais das frações autônomas.

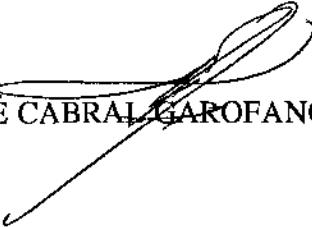
Apenas dá-se destaque à conclusão do INCRA constante do citado Ofício (fls. 34);

“Diante do exposto constata-se que houve duplicidade de lançamento entre o imóvel de código 722.049.058.785-9 e os imóveis relacionados nos itens 1 a 5, razão pelo qual providenciamos o cancelamento do primeiro. O código ora cancelado deveria ter sido usado por V. Sa., na retificação cadastral efetuada no INCRA em 1981, quando a área de 27,6 hectares foi subdividida cabendo-lhe a área de 6,5 hectares, sendo usado indevidamente o código 722.049.063.770-8 que persiste até hoje, originando-se um bi-cadastramento e consequentemente uma bi-tributação.”

Pelo fato de ter restado comprovada a alienação do imóvel em 1981, para o exercício de 1992 a ora recorrente já não mais era parte legítima na relação jurídico-tributária com a Fazenda Nacional.

Por falta de sujeição passiva, o que não observa o disposto no artigo 29 do CTN, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995

  
JOSE CABRAL GAROFANO